



CENÁRIO MACROECONÔMICO

DESCONTROLE FISCAL, INFLAÇÃO ELEVADA, JURO NAS ALTURAS E CRESCIMENTO PÍFIO, O RETORNO DO CÍRCULO VICIOSO BRASILEIRO

Em outubro de 2021, mais uma vez na história deste país, os brasileiros são penalizados por políticas públicas erráticas, que afetam especialmente as classes mais baixas. No mês, o Governo Federal sinalizou a intenção de aprovar o novo Auxílio Brasil (atual Bolsa Família) no valor de 400 reais, bem acima do esperado pelo mercado, e para isto, propôs alterar as regras do Teto de Gastos.

Esta manobra de alteração das regras não agradou o mercado, que interpretou o movimento como um rompimento do Teto de Gastos, e mais, criou precedentes para que o Teto seja rompido mais vezes no futuro, independentemente da regra vigente, trazendo enorme incerteza para os investidores. A intenção da classe política, seja ela qual for, vamos pressupor que seja ajudar as classes mais baixas, não se concretiza no médio e longo prazo.

Primeiramente, o evento citado acima gerou um forte estresse no mercado brasileiro, os investidores agora cobram taxas de juros bem maiores para financiar o Brasil. E taxas maiores, aumentam o pagamento de juros da dívida pública. Em um exercício simples, a cada 1 ponto percentual de aumento de juros, os gastos do país com a dívida aumentam aproximadamente 30 bilhões de reais. No começo de 2021, os investidores cobravam na média 4,50% para financiar o país, agora, está em média 11,50%, ou seja, aumento de 7 pontos percentuais, o que equivale a mais de 210 bilhões de reais a mais por ano no custo da dívida pública.

A bola de neve só se intensifica, cada vez mais gastos, o mercado cada vez cobra mais juros. E não para por aqui, o juro alto é um potente freio para o consumo e para os investimentos, em especial, os de infraestrutura, ou seja, o país tende a crescer menos, e daí, também arrecada menos, e, já sabemos o final, a relação dívida ao que se arrecada aumenta.

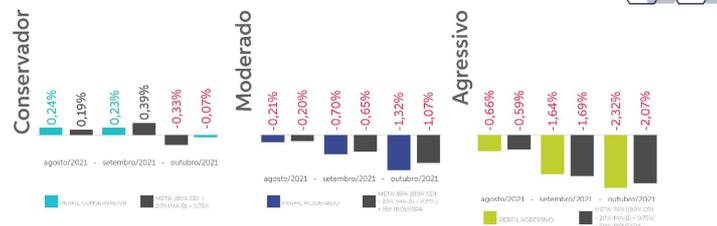
Um menor nível de investimento torna a indústria brasileira precária, vide o que vem acontecendo nos últimos anos, e a produção de bens e serviços fica estagnada, o que tende a gerar mais inflação. E é sabido que inflação é o pior e mais perverso dos impostos para as classes mais baixas, que perde seu poder de compra. Precificando tudo isto, o mercado financeiro já espera que a taxa básica de juros, a taxa SELIC, encerre o ano em 9,25% (iniciou 2021 em 2,00%) e alcance pelo menos 10,25% no ano que vem.

Pelo lado do investidor, taxas maiores no médio e longo prazo são excelentes, o rendimento da renda fixa será maior, e mais, os investidores, a grande maioria pertencente a classes mais altas, conseguem se proteger da inflação através dos investimentos. A conta de longo prazo sempre sobra para as classes mais baixas.

Posto isto, no mês de outubro, os títulos públicos indexados à inflação (NTN-B ou Tesouro IPCA) rentabilizaram em média -2,54%, os títulos públicos prefixados (LTN e NTN-F ou Tesouro Prefixado) rentabilizaram -2,63%. Os títulos públicos pós-fixados (LFT ou Tesouro SELIC) rentabilizaram +0,58%, acima do ativo livre de risco, representado pelo CDI, que variou +0,48%.

O IBOVESPA, principal índice acionário brasileiro, rentabilizou -6,74%, enquanto, os principais índices de ações globais, o S&P 500, a NASDAQ e o MSCI World, rentabilizaram +6,91%, +7,27% e +5,59% respectivamente.

RENTABILIDADE



COMENTÁRIOS SOBRE OS INVESTIMENTOS

Outubro de 2021 foi, novamente, um mês desafiador para os investidores brasileiros com a maior parte dos ativos apresentando resultados aquém do esperado. Mais uma vez, somente os títulos públicos pós-fixados, pela característica de serem ativos com menor risco, apresentaram desempenho positivo. Dentro deste cenário político local conturbado, aumenta a insegurança dos investidores e isso se reflete na queda dos preços dos ativos.

No comparativo com as metas, todos os perfis apresentaram retorno abaixo de seu respectivo benchmark.

Este cenário evidencia a importância da diversificação do portfólio com exposição a ativos internacionais. Analisando o desempenho dos fundos de investimento no mês de outubro, notamos que somente o fundo de investimento no exterior T-CROSS apresentou rentabilidade positiva.

A Volkswagen Previdência Privada está atenta aos movimentos de mercado e possui uma estrutura de investimentos robusta focando na decisão de alocação dos investimentos, trabalhando com diversos cenários de longo prazo, objetivando sempre o maior ganho e eficiência para os seus investimentos.

RENTABILIDADE HISTÓRICA PERFIS E METAS VWPP

Perfis e Metas	No Mês	No Ano	12 Meses	24 Meses
PERFIL CONSERVADOR	-0,33%	1,51%	2,41%	4,27%
(80% CDI + 20% IMA-B) + 0,75%	-0,07%	2,05%	2,36%	5,64%
PERFIL MODERADO	-1,32%	-0,64%	3,54%	4,61%
85% [(80% CDI + 20% IMA-B) + 0,75%] + 15% IBOVESPA	-1,07%	-0,16%	3,91%	5,73%
PERFIL AGRESSIVO	-2,32%	-3,04%	4,32%	4,32%
70% [(80% CDI + 20% IMA-B) + 0,75%] + 30% IBOVESPA	-2,07%	-2,42%	5,31%	5,30%

Diretoria de Investimentos
Luiz Paulo Braszka (AETQ - Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado)

Notas:
Perfil Conservador: 100% Renda Fixa e Investimento Estruturado
Benchmark: 100% CDI
Perfil Moderado: 85% Renda Fixa, Investimento Estruturado e exterior + 15% Renda Variável
Benchmark: 85% CDI e 15% IBOV 100
Perfil Agressivo: 70% Renda Fixa, Investimento Estruturado e exterior + 30% Renda Variável
Benchmark: 70% CDI e 30% IBOV 100

Obs: A partir de Janeiro/2020, o cálculo da rentabilidade passará a ser apurado através da cota contábil.

